

LITORAL SUDOESTE
POLIS LITORAL

REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO
DA ORLA COSTEIRA

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO
PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE
CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES
CONEXAS

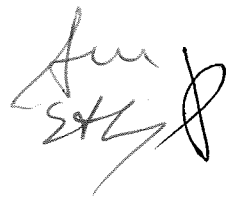
Dezembro 2015



PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

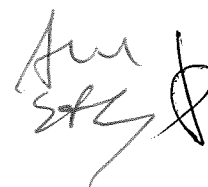
ÍNDICE

1. Enquadramento	3
2. Avaliação do Plano	5
3. Avaliação das Medidas de prevenção	7
Anexo I	9



PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

ENQUADRAMENTO



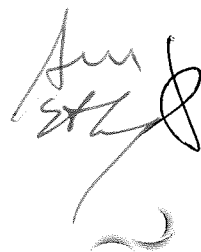
PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

A Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 01 de julho de 2009, publicada no Diário da República, IIª Série, n.º 140, de 22 de julho, determinou requerer a todas as entidades públicas a elaboração dos respetivos Planos de Gestão de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) e que as mesmas procedam à avaliação da execução desses planos.

Neste âmbito e no dever de colaboração com o CPC, o Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Sudoeste (SPLSW) aprovou em janeiro de 2015 o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Seguindo as orientações do CPC, e passado praticamente um ano da elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SPLSW, procede-se neste Relatório de Monitorização a uma avaliação do próprio Plano, à análise da sua implementação e à avaliação das medidas de prevenção propostas.

O presente Relatório de Monitorização está estruturado em dois capítulos, sendo que no primeiro é feita uma avaliação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SPLSW, fazendo-se algumas atualizações e propondo-se alguns ajustamentos considerados necessários para a sua melhoria. No segundo capítulo é feito o balanço da implementação das medidas preventivas dos riscos previamente identificados.



LITORAL SUDOESTE
POLIS LITORAL
PROTEÇÃO PATRIMÔNIO
CIVIL

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

1. AVALIAÇÃO DO PLANO

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

A avaliação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SPLSW, elaborado em janeiro de 2015, tem em conta o conteúdo do ofício circular nº 4 766 que procede à divulgação das Recomendações nº 1/2015, de 7 de janeiro e nº 3/2015, de 1 de julho, do Conselho de Prevenção para a Corrupção, ambas publicadas em Diário da República.

Da sua análise conclui-se pela necessidade de proceder a alguns ajustamentos ao plano, com a introdução dos seguintes pontos:

Redução ao recurso por ajuste direto, devendo, quando observado, ser objeto de especial fundamentação e ser fomentada a concorrência através da consulta a mais de um concorrente

Seguindo a Recomendação nº 3/2015, de 1 de julho, a Sociedade reporta que tem tido a preocupação, no caso dos ajustes diretos, de efetuar a consulta, pelo menos, a 3 concorrentes. Só em casos muito excecionais e devidamente fundamentados, é que tem realizado procedimentos de convite a um único concorrente.

Identificação do responsável pela execução e monitorização da aplicação das medidas de prevenção de risco

Seguindo a Recomendação nº 3/2015, de 1 de julho, indica-se o nome do Dr. João Manuel da Silva Alves, Vogal do Conselho de Administração da SPLSW, como responsável pela sua execução e monitorização, uma vez que no caso desta Sociedade não existe qualquer elemento ou estrutura, responsável pela execução e monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SPLSW, sendo certo que, no final do ano se torna necessário efetuar uma avaliação das medidas implementadas e promover a sua publicitação no site da Sociedade.

Estabelecer a elaboração anual de um relatório de monitorização da implementação do plano, que avalie as medidas de prevenção e a sua necessidade de revisão

No final de cada ano, a SPLSW compromete-se a elaborar um relatório de monitorização da implementação do Plano, com a avaliação das medidas previstas (contando para o efeito com os contributos de todos os intervenientes na Sociedade), bem como realizar todos os ajustamentos considerados necessários.



2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

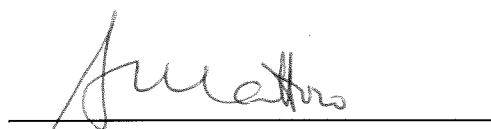
O presente capítulo pretende apresentar um ponto de situação relativo à implementação das medidas de controlo dos riscos de corrupção e infrações conexas previstas no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Sociedade Polis Litoral Sudoeste.

De uma forma geral, considera-se que as medidas indicadas no Plano são adequadas e que, nestes últimos meses já foram implementadas, a sua maioria, encontrando-se em curso as restantes, como metodologia de trabalho assumida pela Sociedade.

No Anexo I enumeram-se as medidas previstas no Plano, associadas às grandes áreas de atuação da Sociedade, onde o Plano se centrou, nomeadamente, na área da contratação pública e gestão financeira, sendo que, para cada medida, é indicado o ponto de situação da sua implementação.

Odemira, 18 de dezembro de 2015

O Presidente do Conselho de Administração



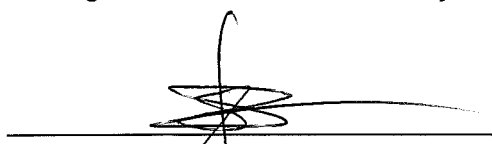
(António André Pinto Matoso Pereira)

O Vogal do Conselho de Administração



(João Manuel da Silva Alves)

O Vogal do Conselho de Administração



(José Alberto Candeias Guerreiro)

Am
2/3

ANEXO I

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

Principais áreas de atividade: **Contratação Pública**(Aquisição de bens, serviços e empreitadas | Preparação, elaboração e execução de contratos)

Riscos identificados	Escala de Risco	Medidas de controle	Ponto de Situação	Observações
Ausência de verificação pela SPLSW de eventuais impedimentos na composição dos "júris de procedimento	Moderado	Definir as atitudes comportamentais que os colaboradores devem adotar perante situações de conflitos de interesses por via da adoção de um Código de Ética e de Conduta	Medida implementada	Existência de um Código de Ética e Conduta da SPLSW
		Identificação e registo das situações de impedimento na composição dos júris de procedimento	Medida em curso	
		Controlo interno por via do sistema de gestão documental	Medida implementada	Utilização de sistema informático com registo de todos os procedimentos inerentes à contratação
Ausência de controlo pela SPLSW dos colaboradores e procedimentos envolvidos na contratação pública	Moderado	Mecanismos de controlo a vários níveis de avaliação e decisão por via da supervisão e aprovação do Conselho de Administração da Sociedade de todas as fases dos procedimentos de contratação pública (abertura de procedimento, nomeação de júri, critérios de avaliação, custo, empresas a consultar, relatórios de avaliação)	Medida em curso	
		Publicitação das adjudicações	Medida implementada	Publicitação no Portal Base Gov dos contratos celebrados ao abrigo das obrigações de comunicação do artº 465 do CCP
		Divulgação aos intervenientes relevantes sobre as atualizações ao CCP	Medida a implementar	Efetuada sessões informais de esclarecimento sempre que necessário



PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

Principais áreas de atividade: Gestão Financeira (Execução e acompanhamento dos contratos realizados; Contabilização, processamento, liquidação e pagamento de despesas; Prestação de contas a entidades externas)				
Riscos identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação	Observações
Pagamento de despesas após decisão de recusa de Visto pelo Tribunal de Contas	Fraco		Não se aplica	Não existiram recusas de Visto por parte do Tribunal de Contas
Pagamento de revisão de preços e trabalhos a mais antes que a respetiva despesa seja autorizada pela entidade com competência para o efeito	Fraco	Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e do Conselho de Administração da SPLSW	Medida em curso	
Pagamento de trabalhos a mais, com vista à realização de trabalhos que resultam de empreitadas realizadas de forma deficiente	Moderado	Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e do Conselho de Administração da SPLSW	Medida implementada	
Controlo na área do aprovisionamento quanto à gestão de stocks, receção e armazenagem de bens e produtos	Moderado	Existência de um orçamento anual que deve ter por base, planeamento, estratégia, rigor e ser aprovado previamente pelo Conselho de Administração da SPLSW	Medida implementada	
		Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e do Conselho de Administração da SPLSW	Medida em curso	



PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

Principais áreas de atividade: Gestão Financeira (Execução e acompanhamento dos contratos realizados; Contabilização, processamento, liquidação e pagamento de despesas; Prestação de contas a entidades externas)			
Riscos identificados	Escala de Risco	Medidas de controle	Ponto de Situação
Registro orçamental da despesa não respeitando todos os princípios orçamentais	Fraco	Todas as despesas são cabimentadas e comprometidas	Medida em curso
		Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e do Conselho de Administração da SPLSW	Medida em curso
		Toda a despesa é objeto de procedimentos de validação orçamental e financeira previamente à sua aprovação/concretização	Medida em curso
		Ter em conta critérios rigorosos, eficazes e eficientes na gestão de tesouraria, de forma a maximizar a utilização dos recursos financeiros	Medida em curso
Ausência de planeamento na gestão da tesouraria	Fraco	Toda a despesa é objeto de procedimentos de validação orçamental e financeira previamente à sua aprovação/concretização	Medida em curso
		Ter em conta critérios rigorosos, eficazes e eficientes na gestão de tesouraria, de forma a maximizar a utilização dos recursos financeiros	Medida em curso
		Realização de relatórios trimestrais e anuais sobre a situação financeira e respetiva execução orçamental, aprovados pelo Conselho de Administração da SPLSW	Medida em curso
Realização de despesa sem que esteja devidamente orçamentada	Fraco	Todas as despesas são cabimentadas e comprometidas	Medida em curso
		Realização de relatórios trimestrais e anuais sobre a situação financeira e respetiva execução orçamental	Medida implementada



PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

Principais áreas de actividade: Gestão Financeira (Execução e acompanhamento dos contratos realizados; Contabilização, processamento, liquidação e pagamento de despesas; Prestação de contas a entidades externas)				
Riscos identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação	Observações
Política de remunerações e atribuições de prémios de gestão	Fraco		Não se aplica	A remuneração dos órgãos sociais é fixada pelo acionista Estado, não estando prevista a atribuição de prémios de gestão.
Prestação de contas a entidades externas	Fraco	Ao nível externo a SPLSW presta informação sistemática aos organismos tutelares e outras entidades (nomeadamente à DGTF, DGO, SIOE), por via, por exp. da plataforma SIRIEF. Igualmente está sujeita a auditorias e inspeções externas por parte da sua tutela sectorial	Medida em curso	
		Realização de relatórios trimestrais e anuais sobre a situação financeira e respetiva execução orçamental, aprovados pelo Conselho de Administração da SPLSW	Medida em curso	

